



CONSELHO TUTELAR

Em defesa dos direitos da criança e do adolescente Lei Federal 8.060/00 - Lei Municipal 6.400/11

Relatório Circunstanciado **De Agosto 2025**

Conselho Tutelar - Região I

Região de Abrangência

CRAS Ferraz
CRAS Ferradura Mirim
CRAS Europa
CRAS Nova Bauru
CRAS Itinerante

Conselheiros

Queila Tais dos Santos Almeida
Camila Domeniconi
Márcia Pereira da Silva Benevenuto
Luciana Bonfim Dos Santos
Carla Aparecida da Silva Martins



CONSELHO TUTELAR

Em defesa dos direitos da criança e do adolescente Lei Federal 8.069/90 – Lei Municipal 6.160/11

Apresentação

O relatório mensal estatístico tem a finalidade de trazer maior objetividade nas informações acerca das violações de direitos e tendidas ao Conselho Tutelar I.

Esse objetivo será alcançado por meio de fontes de dados específicos, em uma linguagem formal e ao mesmo tempo acessível.

Apresentamos as fontes de direitos violados e atendimentos que o Conselho Tutelar recebe diariamente.

Serão apresentadas características dos atendimentos de modo quantitativo, possibilitando um novo espaço de reflexão sobre os direitos violados de crianças e adolescentes.

Esperamos em conjunto com outros órgãos, construir um espaço de discussão, capaz de assessorar as decisões do Poder Público Municipal.

Os dados estatísticos são voltados à identificação de situações de vulnerabilidade e risco. Além de ser uma fonte para assessorar o poder executivo na elaboração da proposta orçamentária para a formulação de políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes.

09/01/2026


Márcia Pereira da Silva Benevenuto
Presidente do Conselho Tutelar I



CONSELHO TUTELAR

Em defesa dos direitos da criança e do adolescente Lei Federal 8.069/00 – Lei Municipal 6.160/11

CAUSAS DOS ATENDIMENTOS

1- DIREITOS VIOLADOS	
Alimentação	0
Convivência Comunitário	4
Convivência Familiar	13
Cultura	0
Dignidade	19
Educação	51
Esporte	0
Lazer	0
Liberdade	0
Profissionalização	0
Proteção No Trabalho	0
Respeito	33
Saúde	34
Vida	20

2 - VIOLADOR DE DIREITOS	
Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado	65
Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável	50
Em razão a conduta da criança e adolescente	38

3 - ÁREA SOCIAL	
Conflito Familiar	40
Bullying	4
Conflito pela Guarda de Filhos	23
Mendicância	0
Negligencia	8
Situação de Risco/Ameaça	29
Situação de Rua	0
Solicitação de Projeto Social	0
Trabalho Infantil	0

4 - ÁREA DA SAÚDE	
Tratamento médico em regime hospitalar ou ambulatorial	5
Tratamento psicológico em regime hospitalar ou ambulatorial	2
Tratamento psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial	0
Usuário de SPA	8

5 - ÁREA DA EDUCAÇÃO	
Indisciplina	1
Conflito Escolar	6
Evasão Escolar	1
Falta Escolares	5
Solicitação de Cuidador	0
Solicitação de Vaga em Escola	42
Solicitação Transporte Escolar	2



CONSELHO TUTELAR

Em defesa dos direitos da criança e do adolescente Lei Federal 8.069/90 – Lei Municipal 6.160/11

6 - ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Exploração Sexual	0
Abandono de Incapaz	0
Ato Infracional	1
Criança/adolescente desaparecido	0
Violência Física / Maus Tratos	61
Violência Psicológica	35
Violência Sexual	32

MEDIDAS PROTETIVAS APLICADAS	
7 - ÁREA SOCIAL	
Encaminhamento / Requisição - CRAS Europa	9
Encaminhamento / Requisição - CRAS Ferraz	6
Encaminhamento / Requisição - CRAS Nova Bauru	16
Encaminhamento / Requisição - CRAS Ferradura Mirim	6
Encaminhamento / Requisição - CRAS Godoy	0
Encaminhamento / Requisição - CRAS IX de julho	0
Encaminhamento / Requisição - CRAS Santa Cândida	0
Encaminhamento / Requisição - CRAS Tibiriça	0
Encaminhamento / Requisição CREAS I	6
Encaminhamento / Requisição CREAS II	7
Encaminhamento CRM	0
Encaminhamento Serviço de Abordagem Social	0
Encaminhamento Albergue Noturno	0

8 - ÁREA DA EDUCAÇÃO	
Encaminhamento - Central Matrículas	11
Encaminhamento / Requisição - Secretaria Municipal Educação	35
Encaminhamento / Requisição - Diretoria de Ensino / Núcleo Matrícula	0
Requisição Escolas Ensino Fundamental	2

9 - ÁREA DA SAÚDE	
Encaminhamento Clínica Psicologia Conveniadas	15
Encaminhamento / Requisição CAPS I	3
Encaminhamento / Requisição CAPS AD III	6
Encaminhamento / Requisição CAPS Adulto	4
Encaminhamento / Requisição Ambulatorial Municipal de Saúde Mental - Girassol	5
Encaminhamento / Requisição UBS	28
Encaminhamento / Requisição Secretaria de Saúde	9

10 - ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Encaminhamento / Requisição CPJ	0
Encaminhamento / Requisição Polícia Militar	0

11 - ÁREA JUDICIÁRIA	
Afastamento Convívio Familiar	0
Busca e Apreensões	3
Notícia de Fato Ministério Público de Infração Administrativa ou Penal	2
Encaminhamento à Autoridade Judiciária os Casos de sua Competência	0
Encaminhamento CEJUSC	1
Encaminhamento Defensoria Pública	21
Representação Descumprimento de Deliberações do CT (Representação escolar)	28
Representação Descumprimento de Deliberações do CT (Outros)	2



CONSELHO TUTELAR

Em defesa dos direitos da criança e do adolescente Lei Federal 8.069/90 – Lei Municipal 6.160/11

12 - MEDIDAS APLICADAS A CRIANÇA E ADOLESCENTES	
Termo Responsabilidade	2
Atendimento e orientação	29
Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental	18
Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente	6
Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial	5
Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;	0
Acolhimento Emergencial e Excepcional	0
Acolhimento Institucional	1
Em Família Acolhedora	1

13 - MEDIDAS APLICADAS A PAIS E OU RESPONSÁVEIS	
Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família	9
Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos	1
Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico	1
Encaminhamento a cursos ou programas de orientação	0
Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar	11
Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado	8
Advertência	7

14 - OUTRAS MEDIDAS PROTETIVAS (ECA 136)	
Atender as crianças e adolescentes, aplicando as medidas protetivas	15
Atender e aconselhar os pais ou responsável	150
Atender e orientar por telefone	175
Assessorar na elaboração da proposta orçamentária	0
Fiscalização de Entidades de atendimento	2
Fiscalizações de eventos	2
Requisição Certidão de nascimento ou Óbito	2
Requisição Serviços Públicos nas Áreas de Trabalho	0
Requisição Serviços Públicos nas Áreas de Previdência	0

15 - ATOS ADMINISTRATIVOS	
Convocações / Notificações	76
Ação social	0
Acompanhamento familiar mensal	1685
Atividades Externas	31
Audiências	29
Denúncias Recebidas	25
Estudos de Caso	30
Mediação c/ outros Conselhos Tutelares	3
Plantões (sobreaviso)	20
Reuniões de Rede	16



CONSELHO TUTELAR

Em defesa dos direitos da criança e do adolescente Lei Federal 8.060/00 – Lei Municipal 6.400/11

16 - DENÚNCIAS - REGIÃO	
ASSENTAMENTO ALIANÇA	1
BELAS NAÇÕES	1
CENTRO	1
FERRADURA MIRIM	1
GEISEL	2
GRANJA CECÍLIA	1
HOSPITAL ESTADUAL	1
JARDIM ALVORADA	1
JARDIM ESTORIL	1
JARDIM ESTORIL II	1
JARDIM JUSSARA	1
JARDIM OURO VERDE	2
JARDIM PANORAMA	1
JOAQUIM GUILHERME	1
MARY DOTA	3
MONTE VERDE	1
NOVA ALIANÇA	1
OCTÁVIO RASI	1
TANGARÁS	1
VILA AVIAÇÃO	1
VILA DO SUCESSO	1

17 - DENÚNCIAS – MOTIVOS	
ASSENTAMENTO ALIANÇA	NEGLIGÊNCIA
BELAS NAÇÕES	NEGLIGÊNCIA
CENTRO	NEGLIGÊNCIA
FERRADURA MIRIM	RISCO E AMEAÇA
GEISEL	RISCO E AMEAÇA
GEISEL	NEGLIGÊNCIA E RISCO
GRANJA CECÍLIA	NEGLIGÊNCIA, ABANDONO DE INCAPAZ
HOSPITAL ESTADUAL	AGRESSÃO
JARDIM ALVORADA	NEGLIGÊNCIA
JARDIM ESTORIL	CONFLITO ESCOLAR, VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA
JARDIM ESTORIL II	CONFLITO ESCOLAR, VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA
JARDIM JUSSARA	NEGLIGÊNCIA
JARDIM OURO VERDE	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA
JARDIM OURO VERDE	NEGLIGÊNCIA
JARDIM PANORAMA	NEGLIGÊNCIA
JOAQUIM GUILHERME	NEGLIGÊNCIA
MARY DOTA	RISCO E AMEAÇA
MARY DOTA	ABUSO SEXUAL
MARY DOTA	RISCO E AMEAÇA
MONTE VERDE	RISCO E AMEAÇA
NOVA ALIANÇA	RISCO E AMEAÇA
OCTÁVIO RASI	MAUS TRATOS, NEGLIGÊNCIA, AGRESSÃO FÍSICA
TANGARÁS	ABUSO SEXUAL
VILA AVIAÇÃO	ABUSO SEXUAL
VILA DO SUCESSO	NEGLIGÊNCIA



CONSELHO TUTELAR

Em defesa dos direitos da criança e do adolescente Lei Federal 8.069/90 – Lei Municipal 6.160/11

18 - EMAILS RECEBIDOS - ÓRGÃOS	
ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA	2
HOTSITE	7
HUMANIZAS BAURU	1
APAE BAURU	3
SORRI BAURU	7
CASA DO GAROTO	3
CEAC – PROJETO COLMÉIA	2
PROJETO ACAE BETA	1
CÂMARA MUNICIPAL DE BAURU	2
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	2
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4
CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1
CONSELHOS TUTELARES DE OUTRAS CIDADES	1
CONSELHO TUTELAR II – BAURU	3
CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO	1
CAPS AD III ij	2
DPSE – DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO ESPECIAL	1
CRAS FERRADURA MIRIM	1
CRAS FERRAZ	3
CREAS I	5
CREAS II	7
DEFENSORIA PÚBLICA	1
CRMI BAURU	1
DDM BAURU – DELEGACIA DA MULHER DE BAURU	5
ESCOLAS PARTICULARES	4
ESCOLAS ESTADUAIS	30
ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL	2
EMEI's / EMEII's / CRECHES	11
HOSPITAL SÃO FRANCISCO	1
HOSPITAL BENEFICIÊNCIA PORTUGUESA	1
MATERNIDADE SANTA ISABEL	19
LAR SOCIAL AELEASAB	2
LAR SOCIAL FLORA	1
LAR SOCIAL FUNDATO	3
LAR SOCIAL POC – PEQUENOS OBREIROS DE CURUÇÁ	1
LAR SOCIAL WISE GENERATION	3
LAR SOCIAL WISE MADNESS	2
MPSP – PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	6
TJSP – VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	24
NÚCLEO DE SAÚDE / UBS	5
UPA's	6
POLICIA CIVIL	13



CONSELHO TUTELAR

Em defesa dos direitos da criança e do adolescente Lei Federal 8.069/90 – Lei Municipal 6.160/11

19 - EMAILS RECEBIDOS - MOTIVOS	
CONVITES / REUNIÕES	15
COMUNICADO / ALVARÁ DE EVENTOS	4
SOLICITAÇÃO / INFORMAÇÕES / DOCUMENTOS	14
ENCAMINHAMENTO DE CASO	8
RELATÓRIO INFORMATIVO	29
RELATÓRIO DE SAÚDE	26
EVASÃO DE PACIENTE	2
RESPOSTA DE REQUISIÇÃO	1
ESCUITA ESPECIALIZADA	36
BOLETIM DE OCORRÊNCIA	2
OCORRÊNCIA ESCOLAR	7
ALUNOS COM FALTAS	26
EVASÃO ESCOLAR	3
EVASÃO DE ACOLHIDO	1
INFORMATIVO DE ACOLHIMENTO	2
INFORMATIVO DE DESACOLHIMENTO	3
DECISÃO / MANDADO / OFÍCIO	32

20 - OFÍCIOS RECEBIDOS - ÓRGÃOS	
CONSELHO TUTELAR II – BAURU	1
CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1
SORRI BAURU	1
CRAS FERRADURA MIRIM	7
CRAS FERRAZ	1
CRAS NOVA BAURU	2
CRAS EUROPA	1
CAPS IJ	1
ESCOLAS ESTADUAIS	46
ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL	14
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	3
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	1

21 - OFÍCIOS RECEBIDOS - MOTIVOS	
SOLICITAÇÃO / INFORMAÇÕES	1
ENCAMINHAMENTO DE CASO	1
RESPOSTA DE REQUISIÇÃO	10
RELATÓRIO DE SAÚDE	1
RELATÓRIO INFORMATIVO	5
ALUNOS COM FALTAS	59
ALUNOS COM EVASÃO	1



CONSELHO TUTELAR

Em defesa dos direitos da criança e do adolescente Lei Federal 8.069/90 – Lei Municipal 9.100/11

Colaboradores

Gabriel de Melo Soares
Francielle Estorino Regina Moura
Gabriella Coppieters

Fontes de Coleta de Dados

- As causas dos atendimentos das áreas de saúde, educação, social e segurança, são fornecidas por cada conselheiro (a), mediante registro diário em tabela própria
- As medidas aplicadas, são fornecidas por cada conselheiro (a), mediante registro diário em tabela própria
- Os dados de acompanhamento familiar, são fornecidos por cada conselheiro (a), mediante balanço mensal
- A quantidade de acolhimentos é obtida mediante registro de relatório de acolhimento enviado por e-mail, registrado em protocolo e confirmado com cada conselheiro
- As participações em audiências judiciais são obtidas por meio de pautas e convocações enviadas pela vara da infância e juventude
- O atendimento a escolas é definido por organização interna, proporcional ao número de escolas estaduais e municipais, bem como de conselheiros
- Os dados de atendimento ao público, são obtidos no sistema de gestão do Conselho Tutelar
- As Reuniões deliberativas e administrativas, são realizadas semanalmente de quarta-feira
- Cada conselheiro realiza um Plantão semanal de 14hs, registrado em listagem de escala e livro de registro de ocorrências
- A Fiscalização de eventos open bar, boates, etc., são registrados em ofícios, em livro de registro de ocorrências e decisões judiciais
- A participação em eventos de ação social, são registrados em ofícios, em livro de registro de ocorrências
- A participação reuniões (FUNDEB, CMDCA, CONSEG), são registrados em ofícios, e-mails e em livro de registro de ocorrências
- A quantidade de documentos protocolados na sede do Conselho Tutelar, normalmente são oriundos de e-mails, ofícios de diversos órgãos, atendimentos nos plantões, denúncias por telefone e disque 100 direitos humanos.



CONSELHO TUTELAR

Em defesa dos direitos da criança e do adolescente Lei Federal 8.069/00 – Lei Municipal 6.160/11

ORGANOGRAMA

DADOS

FONTE

